

Texto-base da PEC que amplia os benefícios é aprovado em 1º turno

Proposta autoriza governo a criar um vale para caminhoneiros e taxistas, dobrar o valor do Auxílio Gás e ampliar Auxílio Brasil

Brasília - A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (12) em primeiro turno o texto-base da PEC (proposta de emenda à Constituição) que autoriza o governo a criar um vale para caminhoneiros e taxistas, dobrar o valor do Auxílio Gás e ampliar o Auxílio Brasil para R\$ 600 até o fim do ano, a um custo estimado em R\$ 41,25 bilhões.

O texto-base foi aprovado por 393 a 14 - eram necessários ao menos 308 votos. A oposição, apesar de ter criticado o caráter eleitoral da PEC, votou a favor - a ampliação de benefícios sociais é uma pauta de partidos de esquerda. Os deputados, agora, analisam destaques (sugestões de mudança). A seguir, a PEC passa por nova votação. Se não houver alteração, segue para promulgação.

O texto institui um estado de emergência, permitindo que o presidente Jair Bolsonaro (PL) fure o teto de gastos e abra os cofres públicos sem esbarrar em restrições da lei eleitoral a



Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

PEC teve tramitação acelerada por Arthur Lira, aliado de Bolsonaro

três meses do pleito. O Planalto tem pressa para começar a fazer os pagamentos dos benefícios, dada a proximidade da eleição. Bolsonaro está em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, atrás de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A votação havia sido adiada na semana passada, após um requerimento de encerramento de discussão obter apenas 303 votos favoráveis, 5 a menos do que o mínimo necessário. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), avaliou que o quórum

de deputados presentes (427) ameaçava a votação do texto principal. Por isso, adiou a votação para esta semana.

A PEC teve a tramitação acelerada por Lira, aliado de Bolsonaro. Em vez de seguir o rito regimental de ter a admissibilidade analisada pela Comissão de Constituição e Justiça para, só então, ser encaminhado a uma comissão especial para análise do mérito, o texto foi apensado ao da PEC de biocombustíveis, que já tinha passado pela etapa inicial e estava em comissão especial.

Custo é de R\$ 41,2 bi

A PEC dos benefícios sociais foi apensada à PEC 15, que acrescenta uma garantia de situação tributária vantajosa para os combustíveis não poluentes ao artigo da Constituição que trata sobre o direito de todos os brasileiros a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

O texto não estabelece exatamente as alíquotas dos tributos que devem incidir sobre os biocombustíveis. Esses percentuais devem ser estabelecidos por meio de lei complementar.

A PEC que amplia benefícios sociais, por sua vez, tem um custo total de R\$ 41,25 bilhões maior que os R\$ 38,75 bilhões acertados originalmente.

A PEC prevê a ampliação temporária do Auxílio Brasil em R\$ 200, levando o mínimo a R\$ 600 até o fim do ano. O custo da medida é estimado em R\$ 26 bilhões para concessão do benefício por cinco meses de agosto a dezembro. O texto também autoriza o governo a zerar a fila do Auxílio Brasil. Para dobrar o valor do Auxílio Gás, o custo é de R\$ 1,05 bilhão.

A proposta prevê um auxílio financeiro de R\$ 2 bilhões a taxistas, concedido entre 1º de julho e 31 de dezembro. A PEC também destina R\$ 5,4 bilhões para a criação de um auxílio de

R\$ 1.000 a caminhoneiros autônomos com vigência entre 1º de julho e 31 de dezembro.

O texto aumenta em R\$ 500 milhões a suplementação do programa Alimenta Brasil, que financia a aquisição de alimentos para doação a famílias de baixa renda. Há ainda R\$ 2,5 bilhões em transferência para estados e municípios subsidiarem seus sistemas de transportes públicos.

Nesta terça, houve problemas técnicos durante a sessão. Na votação de um requerimento de retirada de pauta, Lira afirmou que a internet estava intermitente. Ele disse que daria desconto no salário aos deputados que não votassem, e levantou suspeitas sobre o problema técnico enfrentado no plenário.

Líder do PL na Câmara, o deputado Alíneu Côrtes (RJ) disse estar havendo uma fraude na votação. "A gente precisa saber por que os dois links caíram ao mesmo tempo no momento da votação da PEC", afirmou.

Lira disse que "dois servidores de internet da Casa caíram ou foram cortados ao mesmo período". Ele afirmou que faria uma queixa formal à Polícia Federal e ao Ministério Público. "Isso não é normal. Vamos apurar até o último detalhe, sem nenhum juízo de valor", ressaltou.

PRESSA

Planalto quer começar a fazer os pagamentos dos benefícios rapidamente

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal da Cidade - Bauru/SP

Seção: Brasil Pagina: 17